

N.º: Gp793-X  
Proc.º: 30.06.01.24  
35.02.41  
35.02.42  
Data: 27.11.2014

Assunto: Plano e Orçamento 2015 – Intervenção final

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente e membros do Governo,

É em contexto de acentuada crise económica, financeira e social que debatemos as propostas de Plano e Orçamento da Região para 2015.

Podíamos verter, aqui e agora, mais uma vez, os números dramáticos a que chegou o desemprego na Região (em particular o desemprego jovem); podíamos apontar os elevados índices de apoios sociais atribuídos pelo Governo, que confirmam os graves problemas associados à pobreza e à exclusão; podíamos repetir a crítica à brutal austeridade imposta pelo Secretário Regional da Saúde que afasta os doentes dos cuidados que necessitam...

Podíamos e devíamos; mas já o fizemos durante o debate e o próprio Governo reconheceu (com raras excepções) que a crise chegou e está para durar.

De facto, partir do princípio que vivemos tempos de dificuldades já é meio caminho para se encontrarem soluções.

Não falar nos problemas não os faz desaparecer; pelo contrário agrava-os!

Uma política de verdade é uma política de responsabilidade.

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Sempre dissemos que em tempos de agonia social, como os actuais, não se pode governar da mesma forma, nem se deve exercer o poder da oposição da mesma maneira.

O CDS, desde há muito, que alerta que as políticas socialistas não têm sido as mais assertivas... E o tempo tem sido o melhor aliado político do CDS-PP, porque amiúde nos têm dado razão!

Nesse sentido, o CDS coloca a política ao serviço dos Açorianos, dignificando uma actividade que é tanto mais nobre quanto mais suplantar meros interesses partidários ou florais jogos de liderança.

O CDS-PP é oposição... Não é o mais numeroso partido da oposição, mas tem desempenhado com firmeza um papel que muitos reconhecem determinante e notório na fiscalização da actividade governativa e na apresentação de propostas concretas, sensatas e exequíveis que ajudam a melhorar o dia-a-dia das nossas famílias e empresas.

Até hoje, enquanto partido fulcral da oposição, nunca prescindimos do nosso direito à crítica, por vezes, dura..., da mesma forma que jamais abdicaremos do nosso dever de desempenhar um papel responsável e construtivo, aliás, postura da qual fomos inovadoramente pioneiros.

Assim, o nosso voto não é tático-político, nem se reveste de idiosincrasias partidárias, muito menos é anunciado de véspera. O nosso voto resulta do debate frontal, leal e transparente das vossas e das nossas propostas. O Parlamento é aqui; a discussão é aqui; a decisão final deve ser tomada aqui.

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

O caminho mais fácil para o CDS-PP era criticar e votar contra. Mas esse é um caminho que o CDS recusa seguir.

O próximo ano será decisivo na vida económica e social desta Região e, por isso, queremos procurar as melhores soluções, apresentando os nossos contributos. 2015 apresenta perspectivas económicas e sociais que podem resultar em novas oportunidades para a retoma que se deseja e anseia.

Porém, a realidade obrigará a mudanças: seja nas posturas, seja nas ideias, mas essencialmente nas políticas. Caso contrário, as oportunidades que estão à nossa frente podem transformar-se em problemas ainda maiores para a sociedade Açoriana.

É certo que o grande esforço financeiro da Região no combate ao desemprego já contribuiu para uma ténue descida da taxa de desemprego, mas esta ainda é dramaticamente alta e, por isso, importa aprofundar as políticas que dinamizem a economia, fomentem o empreendedorismo, estimulem a criatividade e inovação, potenciem os nossos recursos, gerem negócios, criem empregos... E é para isso que as nossas propostas estão orientadas!

Por outro lado, 2015 ficará marcado por novas regras e novas realidades ao nível da mobilidade e das acessibilidades dos Açorianos; por consequência, a política de promoção turística tem que sofrer alterações e não pode ficar imutável o papel fundamental da SATA neste novo quadro.

Em 2015 teremos o fim do regime de quotas leiteiras, prevendo-se um impacto significativo na economia, para o qual vimos alertando desde 2008.

O caminho da valorização dos nossos produtos lácteos, mais do que nunca, tem que ser seguido, para além de que é preciso apostar, decisiva e finalmente, na reconversão das explorações agrícolas visando aumentar a nossa produção, reduzir importações e contribuir para baixar substancialmente o nosso défice de auto-suficiência alimentar.

O próximo ano assinalará também o início de um novo quadro comunitário de apoio, no qual os Açores terão ao seu dispor o maior volume de fundos europeus de sempre. Quiçá a última grande oportunidade de convergir com as médias de desenvolvimento nacionais e europeias?

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Olhando para as propostas de Plano e Orçamento, que não correspondem àquela que seria a nossa política, verificamos, contudo, a existência de um conjunto de medidas da autoria do CDS que hoje beneficiam as nossas famílias e empresas.

Se hoje há quem tente subir nas sondagens galgando a possibilidade de repor o diferencial fiscal nos 30%, importa recordar que o real abaixamento dos impostos nos Açores se deve ao CDS-PP (proposta pioneira e arrojada, aprovada em 1999, nesta Assembleia);

Se hoje as diárias dos doentes deslocados são uma realidade no Serviço Regional de Saúde e tem vindo a ser significativamente melhoradas, tal fica a dever-se a várias propostas do CDS-PP, aprovadas por este Parlamento;

Se hoje os idosos com pensões mais baixas beneficiam de um complemento para a aquisição dos medicamentos, é porque o CDS-PP apresentou a proposta de criação do COMPAMID, que esta Casa aprovou;

Se hoje existe um programa de empréstimo de manuais escolares gratuitos a todos os alunos Açorianos;  
Se hoje está disponível um apoio excepcional ao pagamento de propinas aos alunos da Universidade dos Açores com os pais desempregados;  
Se hoje se podem combater as listas de espera para cirurgias através de um Vale Saúde;  
Se hoje existe um regime de apoio especial às nossas filarmónicas;

Se hoje o nosso património histórico e cultural, como a memória dos cabos submarinos na Horta ou a lancha Espalamaca, estão em recuperação para preservação futura e valorização turística, é porque o CDS-PP não prescindiu de exercer a sua acção política sempre a favor dos Açorianos!

Aliás, se hoje existem também aqueles que se arrogam de ser progenitores bem sucedidos de liberalizações aéreas e de novas obrigações de serviço público, apenas porque emitiram um comunicado 20 minutos antes de uma comunicação oficial do Governo Regional, importa não esquecer que, ao longo dos últimos anos, foram introduzidas as tarifas promocionais nas ligações aéreas inter-ilhas e para o exterior, mais uma vez, por iniciativa do CDS.

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

É mantendo precisamente o mesmo espírito, de oposição crítica, mas construtiva, que nos apresentamos neste debate, apontando as falhas, denunciando as lacunas, sem dogmas, sem preconceitos, mas também sem qualquer tipo de estratégia político-partidária de circunstância.

Assim, o CDS-PP apresenta os seus contributos para as nossas famílias e empresas:

150 mil euros para a recuperação dos moinhos de água e de vento para a produção de energia elétrica por microgeração, contribuindo para a sustentabilidade energética e para o aumento do potencial turístico da Região. Suscita a inovação!

A criação de uma linha de apoio de 215 mil euros à produção de óleos essenciais a partir da criptoméria, do incenso e da conteira e de mel de incenso, para valorização destes óleos com interesse comercial nas áreas da perfumaria, farmácia, conservação de alimentos e produtos de higiene pessoal. Suscita a criação de emprego!

150 mil euros para dar início à aplicação do Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge. Suscita o que de melhor os Açores têm!

Propomos ainda:

- O reforço do programa de empréstimo de manuais escolares gratuitos;
- O reforço do apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores;
- O reforço do Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas;
- O reforço do Microcrédito bancário;
- A criação de uma rede de monitorização de mosquitos portadores de dengue e malária.

Todas estas propostas suscitam a melhoria das políticas de apoio à criação de emprego, ao empreendedorismo e à preservação ambiental e patrimonial que podem acarretar fortes impactos económicos, nomeadamente ao nível da valorização dos nossos produtos e do destino turístico Açores.

Porém, como se sabe e como se constatou ao longo do debate que agora está a terminar, há uma política que carece de medidas mais profundas: falo da saúde.

De todas é, neste momento, a mais doente política socialista e carece de um tratamento de choque para que se volte a permitir o acesso dos Açorianos ao Serviço Regional de Saúde, sem taxas, nem quotas.

É com grande sentido de responsabilidade que o CDS-PP apresenta uma proposta para reforçar em mais de 100 mil euros as verbas destinadas à implementação da Rede de Cuidados Paliativos, para humanizar os cuidados prestados e dignificar a pessoa que sofre.

Porém, a mais emblemática proposta que trazemos à consideração desta Assembleia, na senda aliás no vasto património político que temos neste domínio, é a criação do “CEDO – Complemento Especial para o Doente Oncológico”.

Na prática, queremos que as diárias dos doentes deslocados (e que são hoje muito melhores do que no passado também por propostas sucessivas do CDS) sejam majoradas especificamente para os doentes oncológicos deslocados e seus acompanhantes de modo a que possam receber um montante de ajuda de custo semelhante a qualquer funcionário público ou político quando deslocado em serviço.

Assim, os doentes oncológicos deslocados serão incluídos no segundo escalão das diárias, passando a receber um acréscimo de 20 euros por dia, elevando-a para cerca de 50 euros.

Senhora Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente e membros do Governo,

De pouco serve declarar que se prestigia o papel da oposição se, na prática, não houver abertura real para compreender os pontos de vista diferentes, aceitar com espírito democrático as críticas e até para ponderar e aceitar sugestões e alternativas.

Ninguém duvida que se este fosse um Plano e Orçamento da responsabilidade do CDS-PP, muitas das opções e das políticas seriam outras; bem diferentes!

Todavia, mesmo não concordando com algumas das prioridades deste Governo, o CDS-PP entende que é seu dever dar um contributo positivo.

Não somos irresponsáveis ao ponto de não apresentar contributos válidos, credíveis e exequíveis, nem cedemos ao facilitismo do voto contra, só porque este ano nos apetece.

O Deputado Regional

*Artur Lima*